


Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXVII • Nº 160

Poder Legislativo

Recife, sábado, 25 de setembro de 2010

Eleitores se preparam para fortalecer democracia

Dia 3 de outubro, cidadãos decidem, por meio do voto, diretrizes do País

RINALDO MARQUES

Eleitores de todo o País se preparam para exercer a cidadania, no próximo dia 3 de outubro. Por meio do voto, os brasileiros escolherão os nomes para representá-los na Presidência da República, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Governo do Estado e nas Assembleias Legislativas. Eleitos para integrar os espaços de poder nas esferas federal e estadual, os políticos têm diferentes atribuições.

No período que antecede o pleito, a população deverá levar em consideração o passado dos candidatos e os programas que pretendem implementar. A ideia é que o exercício da função tenha como meta principal o bem-estar coletivo.

Durante quatro anos (2011-2014), quem ocupar a Presidência da República exercerá as funções de chefe de Estado e de Governo. Caberá, entre outras atribuições, decidir sobre as prioridades de investimentos no País, além de comandar a administração federal. As relações com países e o controle sobre as Forças Armadas também integram a pauta do mandato. Já a aplicação dos recursos em metas estabelecidas no Orçamento-Geral da União (OGU) depende da aprovação do Congresso Nacional.

O Senado funciona como representante da Federação e, portanto, possui o mesmo número de senadores para cada um dos 26 Estados e o Distrito Federal, totalizando 81 vagas.



EXIGÊNCIA – Apresentar Título de Eleitor e documento com foto será obrigatório este ano. É permitido levar anotados números e nomes dos candidatos

Cada Estado é representado por três parlamentares, que exercem mandato de oito anos.

Além de legislar sobre matérias e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, compete exclusivamente aos senadores o poder de processar e julgar o presidente da República; vice-presidente; ministros do Supremo Tribunal Federal; membros do Conselho

de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; procurador-geral da República e advogado-geral da União. Também atua nos crimes em que seja notificada conexão com o presidente e vice; ministros de Estado e/ou comandantes das Forças Armadas.

Há, ainda, outras atribuições direcionadas ao Senado, entre elas a escolha dos ministros do Tribunal

de Contas, que são indicados pelo presidente da República; presidente e diretores do Banco Central do Brasil; procurador-geral da República; chefes de missão diplomática e outros cargos que a lei determinar.

Aos deputados federais cabe defender, em quatro anos, os interesses da população, além de legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a apli-

cação dos recursos públicos. A Câmara dos Deputados é composta por 513 parlamentares que representam todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal. A composição varia de acordo com o número de habitantes de cada ente federativo. Pernambuco, por exemplo, é representado por 25 deputados federais.

No que se refere aos governadores de Estado,

esses trabalham de forma conjunta com as Assembleias Legislativas, propondo e aprovando as leis. Para que matérias de autoria do Poder Executivo sejam implementadas, é necessário o apoio dos deputados estaduais. Entre as funções do Legislativo Estadual, estão fiscalizar as ações do Governo, elaborar, apreciar e votar proposições.

Pareceres de Comissão

Parecer Nº 5796/2010

Substitutivo Nº 01/2010, Autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei nº 1358/2009
Autor: Deputado Nelson Pereira

EMENTA: INSTITUI O DIA 19 DE SETEMBRO COMO O DIA ESTADUAL DO EDUCADOR SOCIAL. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

1.1- Vem a esta Comissão o Substitutivo nº. 01/2010, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1358/2010, de autoria do Deputado Nelson Pereira, para análise e emissão de parecer;

1.2- O Substitutivo que modifica o Projeto de Lei original foi apresentado e aprovado no âmbito da Primeira Comissão, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

1.3- Cabe mencionar que o presente Substitutivo visa alterar a redação do Projeto de Lei, tendo em vista deixar em conformidade com a Legislação Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre feriadões.

2 - PARECER DO RELATOR

2.1- A proposição originária visa instituir o dia 19 de setembro como o Dia Estadual do Educador Social.

2.2- Cabe mencionar que a proposição em discussão institui o dia “19 de setembro”, data alusiva ao Dia Estadual do Educador Social, não considerando o mesmo como feriado civil.

2.3- Posto isto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo da Primeira Comissão deve ser aprovado por este Colegiado Técnico.

Soldado Moisés
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo nº. 01/2010, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei nº 1358/2009, de autoria do Deputado Nelson Pereira.

Sala da Comissão de Educação e Cultura,
em 23 de setembro de 2010.

Presidente: Teresa Leitão.
Relator : Soldado Moisés.

Favoráveis os (2) deputados: Teresa Leitão, Terezinha Nunes.

Parecer Nº 5797/2010

Comissão de Educação e Cultura.
Projeto de Lei Ordinária Nº 1473/2010
Autor: Deputado Eduardo Porto

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DENOMINAR “PREFEITO GERALDO MELO”, O CONJUNTO RESIDENCIAL, EM CONSTRUÇÃO NAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA USINA JABOATÃO NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

1.1- Vem a esta Comissão, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1473/2010, de autoria do Deputado Eduardo Porto, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria.

2. PARECER DO RELATOR

2.1- A presente proposição tem a finalidade de denominar de Prefeito Geraldo Melo o Conjunto Residencial, em construção, nas antigas instalações da Usina Jaboatão no Município do Jaboatão dos Guararapes.

2.2- Conforme justificativa anexa a proposição, foi em Jaboatão Sede que o ex-prefeito e o ex-deputado Geraldo Melo nasceu e viveu quase toda a sua existência. Trabalhou no barracão da Usina Bulhões, de onde saiu no ano de 1976 para exercer o seu 1º mandato de Prefeito, aos 33 anos de idade. Atualmente, os governos Estadual e Federal estão construindo nas terras da Fazenda Suassuna, no trecho que abrigava a antiga Usina Jaboatão, um conjunto habitacional para abrigar as famílias que perderam suas moradias durante a grande cheia ocorrida no ano de 2005 em nosso estado.

2.3- Posto isto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei deve ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que trata de uma justa homenagem póstuma ao Prefeito Geraldo Melo, grande homem público do Município de Jaboatão dos Guararapes.

Terezinha Nunes
Deputada

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1473/2010, de autoria do Deputado Eduardo Porto.

Sala da Comissão de Educação e Cultura,
em 23 de setembro de 2010.

Presidente: Teresa Leitão.
Relator : Terezinha Nunes.

Favoráveis os (2) deputados: Soldado Moisés, Teresa Leitão.

Parecer Nº 5798/2010

Comissão de Educação e Cultura.
Substitutivo Nº 01/2010
Autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei nº 1619/2010.
Autor: Deputado Luciano Moura

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE INSTITUI O DIA DO BOMBEIRO CIVIL NO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

1.1- Vem a esta Comissão o Substitutivo nº. 01/2010, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1619/2010, de autoria do Deputado Luciano Moura, para análise e emissão de parecer;

1.2- O Substitutivo que modifica o Projeto de Lei original foi apresentado e aprovado no âmbito da Primeira Comissão, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

1.3- Cabe mencionar que o presente Substitutivo visa alterar a redação do Projeto de Lei, com a finalidade de aprimorar o texto legal.

2 - PARECER DO RELATOR

2.1- A proposição originária tem por finalidade instituir no calendário oficial do Estado, o dia estadual da cultura do boi a ser comemorado no dia 28 de fevereiro de cada ano, é um importante passo para preservar uma das mais frequentes comemorações populares da nossa cultura, resgatando e valorizando o nosso folclore;

2.2- De acordo com o autor, os folguedos populares da Cultura do Boi tiveram início em Pernambuco no ano de 1644, precisamente no dia 28 de fevereiro, quando o Conde Maurício de Nassau, fez apresentação do boi voador em sua despedida, fato que atraiu grande público, tendo sido um grande sucesso que demarcou a história da presença holandesa em nossas terras;

2.3- Hoje a sede da Federação de Bois congrega mais de 200 associações e está situada na cidade do Recife em Pernambuco, sendo a única do gênero no mundo;

2.4- Posto isto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo da Primeira Comissão, que apenas retirou da peça primordial vícios de

inconstitucionalidade preservando-lhe a essência do mérito, deve ser aprovado por este Colegiado Técnico, nos termos do Substitutivo nº 01/2010.

Soldado Moisés
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

3.1- Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo nº. 01/2010, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei nº 1522/2010, de autoria do Deputado Cel. José Alves.

Sala da Comissão de Educação e Cultura,
em 23 de setembro de 2010.

Presidente: Teresa Leitão.
Relator : Soldado Moisés.

Favoráveis os (2) deputados: Teresa Leitão, Terezinha Nunes.

Ata de Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NO AUDITÓRIO, SEXTO ANDAR, ANEXO I DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO DIA 19/05/2010. TEMA: VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dez, às nove horas, no auditório no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa, reuniram-se os seguintes membros da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos: a Presidente, **Deputada Terezinha Nunes**; Membro Titular, **Deputado Sérgio Leite**; Membro Suplente, **Deputado Augusto Coutinho**; e os seguintes convidados: Sr. **Lenilson Freitas**, Coordenador da Pastoral Carcerária Regional Nordeste 2; Sra. **Josefa Severina da Conceição**, Coordenadora de Ativismo do Grupo de Trabalho em Prevenção Soropositivo; Sra. **Vanessa Maria Gomes Barbosa**, Estagiária de Serviço Social do Grupo Mulher Maravilha; Sr. **Carlos André**, Assistente Social do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência; Sra. **Valdenice José Raimundo**, Estudante de Pós Graduação da UFPE; Sr. **Gilson Braga**, Conselheiro Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Olinda; Sr. **André Torres**, Gerente da Rede de Acolhida de Criança e Adolescente do IASC; Dr. **Abner Apolinário**, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco; Sra. **Clemilda Maria O. Souza**, Diretora Administrativa e Financeira do Centro Josué de Castro; **Vereador Marcelo Santa Cruz**; Sra. **Wilma Melo**, Coordenadora do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDDH; Sr. **Marco Aurélio Farias da Silva**, Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco; Sr. **Rhemo Guedes**, Coordenador de Projetos do Movimento Gay Leões do Norte; Sra. **Glória Ramos**, Promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco; Sra. **Bernadete Felipe de Melo**, Delegada do Orçamento Participativo da Prefeitura da Cidade do Recife; Sr. **Ivan Seixas**, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana. Em seguida a Presidente convidou para compor a Mesa: Sra. **Wilma Melo**, Dr. **Abner Apolinário**, Sr. **Marco Aurélio Farias da Silva**, **Vereador Marcelo Santa Cruz**, Sr. **Rhemo Guedes** e Sra. **Clemilda Maria O. Souza**. Falou que a realização da audiência pública deu-se após solicitação do Conselho Estadual de Direitos Humanos e do Comitê de Combate à Tortura do Estado de Pernambuco, por solicitação da Coordenadora Wilma Melo, em função de muitas denúncias que chegavam ao Movimento de Direitos Humanos e à Comissão de Cidadania, sobre violências praticadas nas prisões pernambucanas, nas unidades da FUNASE, sobretudo o que ensejou, inclusive, a vinda a Pernambuco de uma Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República, que esteve no Estado há aproximadamente 15 dias verificando essas denúncias e em seguida passou a palavra para a Sra. **Wilma Melo**, cumprimentou a Mesa na pessoa da Deputada Terezinha Nunes e cumprimentou a platéia em nome de Daniele, familiar de preso e que estava sofrendo as consequências do abuso e da tortura institucionalizada. Parabenizou a Presidente pela prestação de contas que fez no dia anterior, na OAB/PE, onde mostrou a sociedade todo seu trabalho desenvolvido na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Disse que falar de Estado era refletir sobre direitos humanos. Lembrou que a Constituição garantia a toda pessoa o respeito à dignidade humana, à educação, à habitação, ao lazer, às relações entre um e o outro e questionou se tais direitos garantidos eram cumpridos nas demais Instituições do Estado. Criticou o fechamento da FUNAI em Pernambuco, pois para ela o Estado estava enfraquecendo a luta indígena no Estado. Falou que a violência institucionalizada também estava ligada a negação de direitos, pois a violência não era só a tortura. Pontuou que dentro das prisões aproximadamente 60% do seu quantitativo eram de jovens entre 18 e 25 anos e perguntou qual seria o programa de humanização para eles. Frisou que conhecia a violência institucionalizada dentro das prisões, além da tortura institucionalizada, a brutalização das relações complexas existentes dentro do sistema prisional, onde se concebiam que existam chaves, para ela, isso sim era negação total de direito com convivência do Estado. Falou que toda violência institucionalizada era uma negação aos direitos sociais, porque quando se negava esse direito, negava também cultura, alfabetização, ou seja, educação e saúde e que consequentemente se desaguava na sociedade, que passava a não ter nenhuma compreensão de direitos humanos. Finalizou agradecendo o espaço para discutir o tema. Prosseguindo a Presidente criticou a ausência do Secretariado do Governo do Estado na Audiência Pública e da figura dos chaves dentro dos presídios. Informou que iria enviar um ofício ao Secretário Humberto Viana, para que o mesmo informasse a folha corrida dos chaves, no intuito de saber quem eram. Criticou também a ação do Governo do Estado em cortar os cabelos dos homossexuais dos presídios, para assim identificá-los e em seguida passou a palavra para o Dr. **Abner Apolinário**, cumprimentou a todos os presentes, disse que respondia pelos 10 presídios entre os municípios de Vitória e Petrolina, fez um retrospecto de suas atuações dentro do Poder Judiciário Pernambucano. Falou que procurou no dia anterior o Cel. Humberto Viana para conversar sobre o tema e concluiu que era má ideia a figura do chaveiro e que o Estado tinha que implantar a força de Estado, para garantir a plenitude do estado democrático do direito. Prosseguindo a Presidente falou que foi interessante a colocação de Dr. Apolinário com relação à necessidade da demonstração força do Estado, dentro do estado de direito; que a questão do “chaveiro”, inclusive, devia ser debatida, pois a impressão que se tinha era de que apenas um Secretário não conseguiria resolver a questão. Devendo buscar o apoio da sociedade, das entidades de direitos humanos, da Pastoral Carcerária, das outras igrejas e em seguida passou a palavra para

o Sr. **Marco Aurélio**, cumprimentou a todos os presentes, agradeceu o convite. Falou que a prisão era o cartão de visitas da sociedade, portanto os problemas que estavam acontecendo dentro da prisão, seria apenas o retrato da nossa sociedade. Disse que teve o prazer e a honra de ser Promotor das Execuções Penais de Pernambuco por quase oito anos, onde viu a dificuldade, o trabalho que Wilma e as pessoas que compõem o Conselho tinham para levar esses casos adiante, onde esse problema estava gerando uma demanda ou uma exposição da nossa nação frente às demais nações, a ponto de nos expor efetivamente, à vergonha de não ter tido, ainda, instituído um mecanismo nacional de enfrentamento à tortura, capaz de auxiliar as instituições públicas. Lembrou que o sentido correto era o de combate, porque o simples enfrentamento já não mais era possível, pois não era apenas em uma dimensão de abrir um processo contra alguém que se resolvia o problema da violência institucionalizada. Informou que no Ministério Público foi criado um Grupo de Trabalho para o trabalho do público interno, pois muitas vezes este era despachado para a Defensoria Pública ou tinha que contratar um advogado, já que não conseguia solução com a Instituição. Frisou que o cidadão deveria ser atendido em qualquer situação, não podendo mais admitir que o mesmo ao procurar a administração pública, ao invés de resolver o problema, saísse com dois. Pontuou que tortura realmente era a mais covarde das violências, pois o sujeito sem qualquer chance ou possibilidade de defesa era levado a intenso sofrimento físico e moral, coisificando-o perante o seu agressor, além de lhe retirar qualquer atributo físico ou moral; que o sistema penitenciário não foi criado para satisfazer o interesse do administrador ou dos seus agentes, mas para servir a toda a sociedade; que era necessário sim que a sociedade pernambucana soubesse qual seria o objetivo da classificação, já que ajudaria ou auxiliaria o Juiz de Execução Penal ou o Juiz processante, para que ele pudesse melhor individualizar a sentença. Lembrou que para a questão da superlotação ainda não foi definido nada, questionando em seguida o que se faria com o crescente crescimento da nossa população carcerária? Em segundo lugar disse que o eixo do trabalho na prisão devia ser capaz de visualizar o direito à educação como a principal função do sistema penitenciário, já que apenas com o trabalho não resolvia a questão, devendo ser orientado pelo direito à educação, pois a educação daria os instrumentos para que o preso pudesse ser socialmente útil, contribuindo assim para a promoção do bem da coletividade e não apenas do individual. Finalizou lendo uma colocação que ouviu: “se o chefe da instituição não está pessoalmente envolvido, a possibilidade de o assunto ser esquecido é muito grande, queremos essa compreensão e esse envolvimento pessoal dos chefes das instituições para que possamos observar que temos caso em que o uso da força, da energia física pode ser utilizado, mas se não pensarmos de hoje ou de amanhã, na possibilidade dessa regulação, com certeza a única Lei que teríamos não apenas dentro dos presídios, mas no dia a dia, na qualidade dos serviços públicos e nas nossas relações seria apenas uma Lei e não a Constituição Federal, mas a Lei do mais forte”. Prosseguindo a Presidente agradeceu o pronunciamento do Dr. Marco Aurélio, disse que a presença do Ministério Público, que era o fiscal da Lei e defensor da sociedade era de suma importância nas Audiências Públicas e que ultimamente não se fazia presente. Leu uma nota de repúdio da rede de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco, entregue pelo Vereador Marcelo Santa Cruz, sobre a decisão da TV Nova Nordeste por ter incluído na sua grade de programação o apresentador Deni Oliveira, que foi acusado de abusar sexualmente de crianças e adolescentes na época em que trabalhava na TV Jornal, no ano de 2006 e que ainda estava respondendo ao processo na Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes da Capital. Em seguida passou a palavra para a Sra. **Daniele Amélia da Silva**, esposa de um presidiário, cumprimentou a todos, disse que seu marido estava cumprindo pena no Presídio Aníbal Bruno e que a polícia descobriu um túnel de onde tirou 12 detentos, a partir daí ocorreram 29 transferências e ele foi para a Penitenciária Barreto Campelo cumprir disciplina. Falou que seu advogado estava correndo atrás, foi para o Ministério Público, para a Secretaria dos Direitos Humanos, Fórum e até o Cel. Isaac e ninguém tinha nada a dizer sobre ele. Disse que o que ficou sabendo era de que ele não tinha envolvimento em nada com o túnel. Informou que mesmo assim ele continuava sendo castigado, não pôde receber visita por trinta dias, após escolheram a dedo 10 detentos da Barreto Campelo e colocaram na disciplina do Cotel, em isolamento, sem direito a papel higiênico, material de limpeza, só entrava sabonete, creme dental, escova de dente e desodorante e as visitas só entravam com a roupa do corpo, mesmo com criança pequena, gente cirurgiada e assim todas visitas passaram fome na última segunda-feira. Disse que o Chefe de Segurança, César Menezes falou que elas tinham que levar dinheiro. Disse ainda que elas não tinham direito a pernoite e só a quatro horas de visita, questionou porque não estava entrando papel higiênico, remédios, que tudo estava muito sujo e com mal cheiro, além de 02 cachorros estarem tomando conta deles. Perguntou por que só 10 dos 42 estavam sendo bastante punidos e não todos 42 presos? Disse que a alimentação deles era de péssima qualidade, azeda e muito fora de hora. Criticou a ausência das autoridades competentes e finalizou pedindo ajuda de todos. A Presidente disse que iria enviar um ofício para o Cel. Isaac sobre o assunto e em seguida passou a palavra para o **Ver. Marcelo Santa Cruz** saudou a todos, parabenizou a Deputada Terezinha Nunes pela iniciativa, criticou a ausência do poder público e dos Deputados da Casa, pois a violência era uma questão de Estado e todos deveriam estar envolvidos pela causa. Disse que o Sistema Penitenciário não deveria ser tratado como uma questão isolada, pois fazia parte de todo um Sistema, como a questão do Ministério Público, do Poder Judiciário, da socialização, das finalidades da pena, não sendo apenas com a finalidade punir, como também de socializar o apenado, lembrando que o Estado tinha que fornecer aos presídios as condições para que os presos pudessem trabalhar, estudar, para voltar a sociedade ressocializado. Lembrou que a mais de dez anos se discutia nesta Casa, na Comissão dos Direitos Humanos, o absurdo da figura dos chaves, pois geralmente eram presos mais violentos, vinculados a grupos de extermínio, pois esse tinha o controle de quem estava preso. Para ele, as unidades prisionais deveriam ser unidades de produção, com um número limitado de pessoas, onde funcionasse fábrica, ou outras atividades, estimulando assim, como a própria legislação permitindo o trabalho para o preso reduzir a sua pena, sugerindo um aperfeiçoamento na legislação, para que parte da remuneração dos presos servisse não só para manter sua família, mas também para repassar em parte às famílias que foram por eles vitimadas. Questionou a funcionalidade do Sistema Alternativo da Liberdade Assistida para menores, alegando que não funcionava, dizendo que o mesmo se assemelhava ao dos adultos. Sugeriu a Deputada Terezinha Nunes que se utilizasse da força do Estado para cobrar do próprio Estado que ordenasse o sistema de internamento dos adolescentes, juntamente com o Governo do Estado, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e Sistema de Justiça e Segurança. Sugeriu que fosse implantadas unidades de produção dentro do Sistema Previdenciário, assim como já ocorria em outros Estados. Finalizou dizendo que a maior violência institucionalizada era a de superlotação as celas dos presídios, deixando-os em condições subumanas, fazendo com que em muitos casos, o preso saísse pior do que entrou. Parabenizou o empenho do TSE e de todos para que o preso provisório pudesse

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglaílson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Paulo César Menezes Teixeira; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativa** - Adriana Alves de Araújo; **Superintendente de Recursos Humanos** - Rodrigo Moreira Cordeiro; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Marcelo Cabral e Silva; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Cláudia Lucena; **Chefe de Departamento de Imprensa**, Marconi Glauco; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), João Bitta, Moisés Barbosa, Ricardo Verçosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários**: Cinthia Carvalho, Jullimária Dutra, Mariana Barros, Paulo Maciel, Priscila Sá e Simone Lourenço; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mara Amorim; **Produção**: Christianne Alcântara, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail**: dcomunic@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

votar, exercendo assim, seus direitos. Em seguida a **Presidente** justificou a ausência do Deputado Pedro Eurico, membro suplente desta Comissão, pois o mesmo estaria no interior do Estado, participando de Audiência Pública da Comissão de Educação da Alepe, da Deputada Jacilda Urquisa, membro titular, pois estava de luto pela sua filha e da Deputada Isabel Cristina, membro suplente, que estava tratando de sua saúde no Estado de São Paulo. Informou que o Vereador Marcelo Santa Cruz também estaria, naquela semana, fazendo a prestação de contas do seu mandato e em seguida passou a palavra para o Sr. **Rhemo Guedes**, disse que teve a oportunidade de conhecer na prática que a realidade não era encarada com a responsabilidade que deveria e que os princípios constitucionais costumavam ser pura formalidade. Disse que o movimento atuava nas 3 unidades prisionais: Colônia Penal Feminina (Bom Pastor), Professor Aníbal Bruno e Barreto Campelo desde de 2007, onde os direitos LGBT eram negados, como por exemplo na área de saúde. Lembrou de uma visita que fez na Funase, onde uma reporte o entrevistou e após a entrevista a mesma disse "mais também minha gente vocês tem que entender que não tem nenhum santinho aí dentro", ele concordou que "santinho" realmente não tinha, no entanto todos deveriam ser tratados como seres humanos, pois as unidades prisionais não podiam ser fábricas de criminosos e sim uma ressocialização. Falou que geralmente as pessoas LGBT não tinham acompanhamento das famílias, pois por elas eram abandonados, sendo uma situação difícil, já que era a família do preso que levava colchão e agilizava o processo, explicando que era nesse contexto que o Grupo Leões do Norte atuava. Pontuou sobre depoimentos das travestis que enquanto dormiam os outros companheiros faziam suas necessidades em cima delas ou as amarravam nas grades e quando chegava a hora das refeições tinham que tirar a roupa por questão de segurança, só que muitas delas tinham próteses e ficava assim expostas a violência e ao constrangimento. Para ele, o sistema prisional existia apenas para a pessoa negra e pobre, pois quem tinha dinheiro podia comprar uma cela por R\$ 4.000,00 ou R\$ 5.000,00 com direito a cerâmica, televisão, DVD e vários outros benefícios. Completou dizendo que se existia homofobia e violência fora dos presídios, lá dentro era muito pior, pois era naturalizada e aceita. Finalizou dizendo que vivíamos numa sociedade cada vez mais individualista e preconceituosa. Prosseguido o Dr. **Abner Apolinário** disse que a fala do Vereador Marcelo Santa Cruz foi boa; que sobre a unidade de produção, registrou o que tinha visto no dia anterior, na penitenciária de Canhotinho, onde para ele, parecia até que aquele estabelecimento era em outro Estado, pois era organizada, e que estavam tentando fazer uma piscicultura. Disse ainda que avistou um grupo de homens sentados embaixo de uma mangueira, descansando, "o tempo passando, a Deus dará e aquela posição talvez filosofal, olhando para o nada" e que falou ao Cel. Humberto Viana que ficou empolgado com o que tinha visto, com o que o novo gestor estava fazendo, como uma vasta plantação de culturas diversificadas, em parceria com o IPA. Para ele, estava-se procurando caminhos para que o preso pudesse ser tratado com dignidade. A **Presidente** registrou que na Penitenciária de Caruaru, modelo em nível nacional, se conseguia mesmo com a superlotação manter os presos trabalhando, com a ajuda da sociedade, significando que se existia uma direção interessada em reduzir o problema, ela podia sim resolver o problema e em seguida passou a palavra para a Sra. **Clemilda Maria Sousa** cumprimentou a todos, saudou a Deputada Terezinha Nunes, disse que a contribuição da Instituição a qual representava, era de mostrar a importância do debate, da denúncia, pois servia de alerta e sensibilização para os problemas cruciais que a sociedade muitas vezes não ficava sabendo. Lembrou que no Centro Josué de Castro foi registrado três pesquisas que tiveram rebatimento depois pela sociedade e que terminaram influindo em medidas tomadas pelo Estado, citando em seguida: a pesquisa sobre os trabalhadores invisíveis na Zona da Mata Sul de Pernambuco, quando o Centro juntamente com o Ministério do Trabalho levantou a existência de trabalho infantil na localidade, principalmente na Mata Sul, chamados de trabalhadores invisíveis, ocasionando a realização de vários debates nas décadas de 80 e 90, ocorrendo assim à criação do chamado Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; a pesquisa intitulada de o quarto da empregada, por solicitação da indústria da construção civil do Recife, onde mostraram as condições em que as empregadas da Cidade do Recife viviam, como o tamanho do quarto, as condições de moradia, o preconceito, resultando numa mudança de fato no tratamento; e a pesquisa sobre a violência institucional nas escolas públicas municipais de Pernambuco, entre os anos de 2003 e 2004, contando com levantamento e entrevistas com conselheiros tutelares, diretores, pais, professores e a comunidade, onde foi concluído que a prática da violência psíquica e não física era comum dentro das escolas entre alunos, assim como também por parte de professores, dirigentes e conselheiros, o que resultou num vídeo e numa cartilha que foram distribuídos amplamente em todas as escolas públicas municipais. A **Presidente** lembrou que no dia anterior, na Alepe, foi realizada uma audiência pública, que tratava da violência contra mulher, onde um dos convidados foi o professor José Maria, da Faculdade Maurício de Nassau, que realizou um estudo da violência contra a mulher em Pernambuco. Disse que colocou a necessidade de Instituições como o Centro Josué de Castro e de Universidades, de se interessar em pesquisas, pois um trabalho desse tipo ajudaria a sociedade a avançar, já que se matavam muitas mulheres, além dos homossexuais que se matava mais em Pernambuco do que em qualquer outro lugar do país e em seguida passou a palavra para o Sr. **André Torres** cumprimentou a todos da mesa, disse que iria falar como ex-conselheiro tutelar, que foi entre os anos de 2003 e 2009, falou que no ano de 2008, em 02 meses foram identificados 02 adolescentes presos, sendo 01 no Cotel, de 16 anos e o outro no Presídio Aníbal Bruno, também de 16 anos, onde ele foi lá e resolveu o impasse. Pediu a Comissão para que quando houvesse um problema do tipo, chamassem a ele, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, a Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Pernambuco, para que pudessem descobrir quem eram as pessoas que estavam trabalhando dentro das unidades sócio-educativas com irregularidades. Lembrou do adolescente que ficou internado no Hospital da Restauração por 45 dias, vítima de uma bala, que segundo a família foi de um policial militar, e mesmo estando imobilizado teve que ficar algemado a uma cama e custodiado por 02 policiais. Fez um apelo, como morador bairro de Santo Amaro, para que a Casa realizasse uma discussão sobre a repressão dos policiais contra os moradores do bairro. Prosseguido o Sr. **Lenilson Freitas** cumprimentou a todos os presentes, disse que todos estavam fazendo uma nova história, pois estavam debatendo e reivindicando por mudanças, buscando melhorar a relação da sociedade com o Estado, pois sempre que havia temas polêmicos, como violência, segurança, direitos humanos, não se fazia presente. Citou várias comunidades e grupos sociais que não eram acolhidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Crítico também a omissão das Varas de Execução Penal do Ministério Público, pois segundo ele, só expediam ofícios e não cumpriam seu papel que era: fiscalizar, denunciar e exigir. Lembrou que no ano de 2007, o Dr. Adeildo Nunes expediu uma Portaria proibindo a figura do chaveiro dentro dos presídios, no entanto, o Governo do Estado recorreu e até aquele dia não se tinha notícias. Denunciou a privatização de praias em Pernambuco, como a do Paiva, onde o Estado ficava omisso, além das ausências nos eventos e falta de compromisso com a sociedade. Propôs: que os juízes pernambucanos,

principalmente do interior, juntamente com os promotores de justiça, visitassem as unidades prisionais antes enviar presos para lá, para saber a real situação do local; a mudança do Promotor da Vara Execução Penal do Ministério Público, pois várias pessoas estavam insatisfeitas com sua atuação; mais dois Juizes para as Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça de Pernambuco; um Ato de Repúdio ao advogado Gil Teobaldo, por ter ido a público defender a apologia ao crime. Parabenizou a OAB/PE por ter ido a público chamar dois advogados: o primeiro sobre o caso da morte da alemã, onde o advogado não deixou se vender pelos réus; e o segundo sobre a expulsão de uma advogada que estava envolvida com tráfico de seres humanos, que foi punida e banida pela Organização, além de 13 advogados que foram suspensos por 30 dias, sem poder exercer suas atividades. Sugeriu a transmissão ao vivo das Audiências Públicas realizadas na Alepe, para que todos pudessem acompanhar, quando não puderem se fazer presente, além da divulgação dos eventos na Rádio Olinda. A **Presidente** achou interessante a sugestão do Sr. Lenilson Freitas e informou que no dia anterior o Deputado Augusto Coutinho, líder da oposição ao Governo, sugeriu no Plenário que fossem transmitidas as Audiências Públicas para os Gabinetes dos Deputados e disse que iria propor aquela sugestão no Plenário, acrescentando que essa tecnologia era barata e em seguida passou a palavra para a Sra. **Wilma Melo** pontuou sobre as declarações, concordando com o Sr. Rhemo Guedes, acrescentando que os homossexuais era os que mais sofriam violência dentro das prisões. Registrou que no Cotel a gestão era machista e não tinha respeito aos direitos humanos, informando que lá homossexual não ficava, pois a comunidade carcerária não queria. Disse que enquanto não encarraram os direitos humanos como uma questão institucional, essas e outras coisas continuariam acontecendo. Acrescentou que enquanto parabenizavam o presídio de Canhotinho, no Presídio de Salgueiro os presos estavam no castigo e não tinham direito a beber água. Perguntou aos presentes se fossem eles passando por aquela situação, se eles não iriam também fazer rebelião, lembrando que não estava justificando, e sim lembrando que aqueles estavam em desespero e tensão nervosa. Denunciou que foi expulsa da Funase por seu Presidente; no Cotel soltaram 02 cachorros em sua direção; a vitória nas partes íntimas feita por uma policial militar em via pública em duas mulheres. Disse que uma família não perdia um ente para o crack e sim para o Estado, pois este não controlava a entrada da droga; que a mídia não divulgava a falta de cidadania. Finalizou dizendo que não estava preocupada por a audiência estar vazia, pois poucos tinham a coragem de enfrentar e discutir temas polêmicos. Prosseguido o Sr. **Marco Aurélio** confirmou que existia dificuldade em o Ministério Público Estadual tratar a questão penitenciária, acrescentando que o problema era estrutural e que sugeriu ao Órgão a criação de uma Promotoria específica para a área, pois atualmente eram apenas duas Promotorias de Execução Penal para atender as áreas de: direitos humanos, patrimônio público, saúde, educação, dentre outras. Finalizou falando da importância da mudança na Lei de Execução Penal e parabenizou a atuação do Grupo Leões do Norte nos presídios. Em seguida a Sra. **Glória Ramos** cumprimentou a todos e agradeceu o convite, falou que tinha um projeto com a criação dos Conselhos em todos os Municípios, com a proposta de que as caravanas comesassem do Sertão para o Cais e não no sentido inverso. Concordou que existiam falhas no serviço de denunciação no Ministério Público Estadual. Disse que o problema estava atrelado ao Secretário Ressocialização pela criação da Portaria, onde a partir dela, o Conselho Estadual de Direitos Humanos só poderia fazer visitas aos presídios, após agendamento prévio e isso não era interessante para a atuação dos direitos humanos, pois este tinha que chegar de surpresa para flagrar o que estaria acontecendo com os apenados. Falou que se não tinha Promotor lá era porque até aquele dia ninguém cobrou sua presença. Informou que após a exposição do Conselho sobre a Portaria estourou uma rebelião. Perguntou o que se tinha no Estado sobre: trabalho nas penitenciárias; educação de direitos humanos; cidadania; educação em cidadania. Disse ainda que descobriu que existia uma verba em Brasília, na Secretária Especial de Direitos Humanos, para à reeducação em direitos humanos. Finalizou dizendo que o CAOP estava aberto para idéias, solicitações e parcerias. A **Presidente** agradeceu as palavras da Sra. Glória Ramos, parabenizou sua atuação. Disse que o Sr. Humberto Viana ligou para ela explicando que não tinha baixado uma Portaria e sim rascunhado para o Sr. Wesley, para a realização de uma audiência pública e de um ajustamento de conduta e que não estava em vigor. Nada mais havendo a tratar, a **Presidente** agradeceu a presença de todos, encerrando a presente Audiência Pública. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife , 19 de maio de 2010.

<div><div><div><div></div><div>Deputada Terezinha Nunes</div></div></div><div>Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos</div></div>
<div><div><div><div></div><div>Deputado Sérgio Leite</div></div></div><div>Membro Titular</div></div>
<div><div><div><div></div><div>Deputado Augusto Coutinho</div></div></div><div>Membro Suplente</div></div>
<div><div><div><div></div><div>Pronunciamentos</div></div></div></div>

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA NA REUNIÃO DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2010.

APELO À SECRETARIA DE OBRAS DE OLINDA E A COMPESA PARA RECUPERAR A RUA MARIA WANDERLEY QUEIROZ.

Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, profissionais da imprensa e demais presentes a essa reunião: Compareço à Tribuna no dia de hoje, para atender aos pedidos dos moradores da Rua Maria Wanderley de Queiroz, no Bairro de Jatobá, em Olinda, no sentido de fazer um apelo à Secretária de Obras e Serviços Públicos do município de Olinda e, também, ao Presidente da Compesa, no sentido de providenciar urgentemente as obras de pavimentação, drenagem e consertos na tubulação do cano mestre d’água daquela esquina rua. A intervenção da Prefeitura se faz necessária porque a falta desses serviços básicos e essenciais de infraestrutura tem causado um transtorno permanente aos moradores da citada rua, principalmente quando chove, pois além dos enormes buracos a rua fica completamente alagada, impedindo a circulação das famílias que ali residem, de veículos particulares e, o que é mais grave, até dos eventuais transportes de emergências como ambulâncias e carros do corpo de bombeiros. Para agravar mais ainda a situação, a Compesa realizou uma obra de instalação da tubulação, conhecida como cano mestre do sistema de fomento d’água, e deixou, além do enorme buraco em toda a extensão da rua, vários pontos de vazamento, o que, segundo os moradores, quando a água chega nos horários determinados pela

empresa aumenta mais ainda o nível do alagamento, impedindo qualquer tipo de trânsito. Diante dessa situação os moradores são obrigados a fazer o mesmo que várias comunidades têm feito quando o poder público não atende suas necessidades, que é tomar a iniciativa de resolver o problema por conta própria, providenciando a compra de metralha e contratando mão de obra para espalhar o material, o que é absolutamente injustificável, já que essa é uma obrigação da administração pública municipal. Preocupada com essa situação e sensibilizada com os pedidos feitos pelos moradores da Rua Maria Wanderley de Queiroz, faço aqui dessa Tribuna parlamentar, em paralelo à Indicação encaminhada à Mesa dessa Casa, apelo à Prefeitura de Olinda e à Compesa, para que os problemas aqui relatados sejam solucionados. Muito obrigada Senhor Presidente.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA NA REUNIÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2010.

APELO ÀS SECRETARIAS DE TRANSPORTES DE PERNAMBUCO E DE OLINDA, AO DER-PE PARA INSTALAÇÃO DE PASSARELAS DE PEDESTRES EM OLINDA.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, e demais presentes a essa reunião:

O motivo da minha presença nessa Tribuna na reunião de hoje, é para dirigir um apelo ao Secretário de Transportes do Estado de Pernambuco, e Diretor Geral do DER-PE, Dr. Eugênio Manuel do Nascimento e ao Secretário de Transportes do município de Olinda João Luiz da Silva, no sentido de providenciar um estudo de viabilidade técnica para a instalação de passarelas de pedestres nos seguintes pontos de rodovia: 1) Av. Pan Nordestina, em frente ao Fórum de Justiça de Olinda e o Hipermercado Atacadão; 2) Na Av. Agamenon Magalhães, Complexo de Salgadinho, na altura do Centro Musical de Olinda – CEMO, de um lado, e no lado oposto o Parque Memorial Arcoverde.

Esse apelo se deve a uma preocupação antiga que temos com relação aos problemas do trânsito de passagem pela cidade de Olinda.

Há bastante tempo vimos alertando as autoridades estaduais e municipais a respeito da intensificação do tráfego de veículos em todo o percurso do sistema viário metropolitano que dá acesso à cidade de Olinda e aos municípios do litoral norte, principalmente depois da triplicação da PE-15 que tornou mais atrativa a moradia nestas cidades.

A explosão imobiliária e a instalação de vários equipamentos comerciais das grandes cadeias de hipermercados têm gerado um fluxo cada vez maior em todo esse perímetro urbano, com especial identificação no eixo que vai do Shopping Tacaruna até a estação do Terminal Integrado de Passageiros da Perimetral Norte.

Esse fluxo crescente criou, naturalmente, pontos críticos de alto risco de travessia para os pedestres, exatamente em locais onde os habitantes de alguns bairros convergem por necessidades variadas como: ida para o trabalho, paradas de ônibus, compras, acompanhamento de crianças à escola, entre outras necessidades. Resultado disso é o aumento exponencial do número de acidentes envolvendo atropelamentos de pessoas de todas as idades, o que deve aumentar ainda mais quando as obras do viaduto estiverem concluídas por conta do aumento do fluxo e da velocidade dos veículos.

Trata-se, portanto, de uma situação extremamente preocupante por que são vidas de crianças e adultos que podem ser perdidas se providências urgentes de proteção não forem tomadas o que, a nosso ver, passa pela criação das passarelas de pedestres, objeto de uma Indicação de apelo que apresentei à Mesa dessa Casa, para ser encaminhada aos órgãos técnicos competentes.

Peço, em decorrência da gravidade desse assunto, que os meus pares dessa Casa Legislativa que como eu trabalham incansavelmente em prol do bem-estar das pessoas, que aproveem esse urgente encaminhamento. Muito obrigada senhor Presidente.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA NA REUNIÃO DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2010.

BAIRRO CIDADE TABAJARA, EM OLINDA, VIROU TERRITÓRIO SEM LEI.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, e demais presentes a essa reunião:

A razão da minha presença nessa Tribuna na tarde de hoje é para dar um grito de socorro em favor dos moradores do bairro de Cidade Tabajara, Olinda, que estão vivendo num verdadeiro território sem lei, já se aproximando da situação sem controle de algumas favelas do Rio de Janeiro, onde as milícias e o tráfico de drogas é quem determina o cotidiano das pessoas.

A completa ausência de qualquer tipo de aparelhamento policial nesse bairro, senhoras e senhores Deputados, tem permitido o avanço numa escala assustadora das ações de bandidos que estão se multiplicando em número e nas modalidades de crimes, que vão de arrombamentos de casas, assaltos à luz do dia, arrastões, tráfico de drogas, até o oferecimento de proteção mediante pagamento de pedágio aos próprios bandidos.

A população está aterrorizada, os criminosos estão impondo até toque de recolher. Algumas escolas passam dias sem receber os alunos, os comerciantes estão fechando os estabelecimentos mais cedo, pessoas que precisam chegar tarde às suas casas vindas do trabalho ou de faculdades de horário noturno se sentem completamente inseguras e entregues a própria sorte. Diante de tanto terror e depois de serem vítimas de dois arrastões promovidos pelos bandidos nos últimos dias 11 e 13 de setembro, um grupo de moradores me convocou para uma reunião no bairro e na ocasião me fizeram um dramático apelo para que intercedesse por eles nesse momento de tanta aflição por que estão passando. Se servir como base de análise e ponto de elucidação para que as autoridades da área de segurança pública do estado possam dar solução a esse grave problema, toma-se importante transcrever nesse documento as razões que os moradores expuseram para o aumento sem precedentes da criminalidade no bairro. Segundo os residentes, está havendo uma indesejável migração de malfiteiros provenientes do bairro de Santo Amaro, em Recife, local onde várias ações de combate à violência estão sendo desenvolvidas pelo governo do estado, o que tem provocado a debandada dos traficantes e de outros tipos de bandidos atuantes na área. É bom as autoridades abrirem os olhos para entender que o fato de estarem desenvolvendo ações numa determinada área, não elimina por si só a existência dos criminosos. A prática tem mostrado que os marginais apenas mudam de lugar.

Em vista desse gravíssimo e insustentável quadro de violência dos indefesos cidadãos e cidadãs residentes nesse bairro já tão esquecido pela Prefeitura de Olinda, que mantém 80 % das ruas esburacadas e sem iluminação, faço aqui dessa Tribuna um veemente apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa

Social para prestar socorro a essa população desprotegida, promovendo uma urgente ação de estruturação para policiamento ostensivo que coíba a livre atuação dos bandidos na Cidade Tabajara.

Como Prefeita de Olinda, em parceria com o Governador à época, Jarbas Vasconcelos, instalou-se uma delegacia de polícia na Cidade Tabajara, o que manteve a violência sobre absoluto controle social. No governo posterior esse equipamento, infelizmente, foi desativado e o resultado é esse que estamos vendo.

Quem sabe reativando essa unidade policial a situação não possa voltar ao controle.

Era o que tinha a apelar nesta tarde senhor Presidente.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO SÉRGIO LEITE NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2010.
MARCÍLIO FILIZOLA RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO

O município paraibano de Sapé é um centro de agricultura, saindo de lá o abacaxi, produto exportado para vários países, pela qualidade do fruto.

Foi nessa cidade que nasceu Marcílio Gouveia Filizola, vindo de uma família de descendência italiana. O chefe do clã, Braz, tomou a decisão de se transferir para nosso Estado e aqui chegou, na década de 50 do século passado.

Depois de alguns anos em Timbaúba, todos vieram para o Recife, onde se estabeleceram.

Marcílio comanda, hoje, um forte grupo empresarial de transporte coletivo, que atende aos municípios de Olinda e Goiana. A atividade concentra todos os esforços do empresário nesse setor, desde 1952. Cerca de 500 colaboradores integram a Rodotur Transportes Turismo Ltda., que conta com 95 veículos.

Nesse aspecto, Marcílio Filizola acompanha o desenvolvimento atual em Pernambuco e já planeja estender o atendimento de sua empresa para os polos onde se implantam novas indústrias. Entre eles, Suape.

Ao propor a concessão do Título de Cidadão de Pernambuco ao empresário Marcílio Filizola, o deputado Sérgio Leite visou, oportunamente, externar o reconhecimento dos pernambucanos a esse paraibano que, hoje, tão merecidamente, recebe a homenagem da Assembleia Legislativa, pelo esforço, dedicação e espírito de luta demonstrados em quase 60 anos de trabalho incansável, dando sua contribuição para o desenvolvimento de tão importante segmento.

Marcílio Filizola figura entre os pioneiros no sistema de transporte coletivo em Pernambuco. A homenagem que a Assembleia Legislativa lhe presta é, portanto, mais do que justa.

Muito obrigado!

Portarias

PORTARIA Nº. 157/10

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 188658/2010 e Parecer da Procuradoria Geral nº 467/2010,

RESOLVE: Conceder ao servidor **RÔMULO DE QUEIROZ MOURA**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondente ao 1º (primeiro) decênio, completado em 11 de janeiro de 2007, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 24 de setembro de 2010.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº. 158/10

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº. 809434/2010 e Parecer da Procuradoria Geral nº. 539/2010,

RESOLVE: Conceder ao servidor **JOÃO BOSCO KEHRLE**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondente ao 3º (terceiro) decênio, completado em 30 de dezembro de 2005, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 24 de setembro de 2010.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº. 159/10

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº. 023/2010, do Deputado Ângelo Ferreira,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **ADRIANO FÁBIO CORDEIRO DA SILVA**, matrícula nº 232973-5, ora a disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril do corrente ano.

Sala Austro Costa, 24 de setembro de 2010.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº. 160/10

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº. 023/2010, do Deputado Ângelo Ferreira,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **LEOPOLDO CARPINTEIRO PERES**, matrícula nº 146949-5, ora a disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril do corrente ano.

Sala Austro Costa, 24 de setembro de 2010.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral

O Projeto Fala Cidadão é uma iniciativa que busca aproximar, cada vez mais, a Assembleia Legislativa da sociedade e garantir a transparência do serviço público. Por meio de uma ligação gratuita, os cidadãos podem ter acesso a projetos em tramitação, leis, história institucional, agenda de audiências e eventos da Casa, entre outros.

